

**CONFERÊNCIA PRONUNCIADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 1961, NA SALA DAS
SENHORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, PELO
PROFESSOR ERICH KORDT, CATEDRÁTICO DE DIREITO PÚBLICO, NA UNI-
VERSIDADE DE COLÔNIA, ALEMANHA, E DEBATES COM OS SRS. DEPU-
TADOS EM TORNO DA EXECUÇÃO DO SISTEMA PARLAMENTARISTA
NO MUNDO**

O SR. PRESIDENTE — ABREU SODRÉ — (Sem revisão do orador) —
Exmo. e Revmo. D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, Exmo. Sr. Prof. Erich
Kordt, Exmo. Sr. Conselheiro Geral Gottfried Von Nostitz, Exmo. Sr. Conselheiro Malte
Medlung, Exmo. e Revmo. Monsenhor José Alves Motta Filho, Exmo. Sr. Pro-
fessor Alfredo Cláudio Lopes, Exmo. Sr. Dr. Detloff Von Simson, Srs. deputados,
minhas senhoras, meus senhores.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, como todas as As-
sembléias Estaduais, está enfrentando um problema de ordem jurídico-constitui-
cional, que vem preocupando todos os Parlamentos, qual seja, a forma de adoção
do sistema de governo instaurado no País e que deve ser estendido aos Estados-
membros da Federação. Esta Assembléia desejou proceder a um estudo cuidadoso,
a um estudo aprofundado sobre a matéria, para que não recaísse sobre ela, de
qualquer forma, a afirmação de que estava tendo um gesto precipitado se elaborasse
uma proposição de máxima importância para a continuidade do regime democrático
sem o estudo devido. Desta maneira, esta Presidência, em contato com este extra-
ordinário amigo do Brasil, que é o Conselheiro Geral da Alemanha Ocidental, solicitou-
lhe que enviasse a esta Assembléia publicações e trabalhos sobre o funcionamento
do sistema parlamentar na Alemanha Ocidental, sistema esse que, de certa forma,
foi a inspiração do Ato Adicional introduzido na nossa Constituição Federal.

S. Exa. não só nos deu todos os elementos, como a bibliografia e um
estudo sobre o parlamentarismo alemão, como também prontificou-se a enviar o
Professor Erich Kordt, professor e conhecedor profundo da matéria, para pronun-
ciar uma conferência nesta Assembléia, que, assim, viria juntar-se aos outros
trabalhos já produzidos aqui e aos pareceres solicitados por esta Presidência a
jurisconsultos brasileiros, como os Drs. Pontes de Miranda, Miguel Reale e Alfredo
Bazaid.

Hoje temos este privilégio, de poder contar com a presença do Pro-
fessor Erich Kordt, que atendeu ao convite desta Presidência para debater com
os deputados de São Paulo e trazer-nos os seus ensinamentos sobre como funciona
o parlamentarismo na Alemanha Ocidental.

Para que fale em nome dos Srs. deputados de São Paulo, demonstrando
a nossa alegria por esta conferência e a nossa imensa admiração por essa Nação
amiga — a Alemanha Ocidental — tenho o prazer de dar a palavra ao nobre
deputado Roberto Cardoso Alves, que fará, ao mesmo tempo, uma saudação ao
ilustre Professor Erich Kordt. (Palmas.)

O SR. ROBERTO CARDOSO ALVES — (Sem revisão) — Exmo.
Sr. deputado Roberto Costa de Abreu Sodré, DD. Presidente da Assembléia Le-
gislativa de São Paulo; Eminentíssimo Sr. D. Carlos Carmelo de Vasconcelos
Motta, DD. Arcebispo Metropolitano de São Paulo, que nesta noite nos dá a
honra de seu comparecimento como Grão Chanceler da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, acompanhando o ilustre conferencista; Exmo. Sr. Consel-
heiro Geral da Alemanha no Estado de São Paulo; Exmo. Sr. Prof. Erich Kordt; de-
mais ilustres componentes da Mesa, Srs. deputados, minhas senhoras e meus
senhores.

Permita V. Exa. de início, Sr. Presidente, que em nome da Assembléia
Legislativa de São Paulo, neste instante, dê uma palavra de profundo agrade-
cimento a Von Nostitz, ilustre Conselheiro Geral da Alemanha neste Estado e gran-
de amigo dos paulistas, pela magnífica oportunidade que nos oferece nesta noite,
precipitando a esta Casa, aos representantes do povo deste Estado, oportunidade
de travar íntimo contato com a cultura jurídica alemã, através do eminente
conferencista desta noite.

Exmo. Sr. Professor Erich Kordt, a Assembléia Legislativa de São
Paulo tem grande honra em receber V. Exa. em seu plenário. V. Exa. foi es-
tudante internacional de Direito Plasmou a sua cultura nas Universidades de
Colônia, de Bonn de Berlim de Paris e de Barcelona. Pode, assim, haurir, em
cada uma dessas fontes de conhecimento, o aprimoramento de sua cultura jurí-
dica, o que fez com que V. Exa. chegasse, hoje, à condição de grande mestre de
Direito na Alemanha Ocidental, lecionando Direito Público na Universidade de
Colônia. Sua autoridade é conhecida de todos quantos trabalham nesta Casa.
Tem V. Exa. um nome intimamente ligado à diplomacia universal, eis que, com
grande brilho e eficiência, desempenhou missões das mais alteadas importância
em nome do seu governo, em países longínquos como o Japão e a China. A au-
toridade, portanto, de V. Exa. é incontestável, para comparecer ao plenário dos
representantes do povo de São Paulo, a fim de ministrarmos, a todos nós, uma
aula sobre tema que se circunscreve na sua especialidade como professor de
Direito Público.

Como acaba de frisar o Sr. Presidente desta Casa, nós nos preocu-
pamos, neste instante, em adequar a Constituição estadual à Carta Magna do
nosso país que acaba de receber em seu bojo, um ato adicional que instituiu en-
tre nós o sistema parlamentar de governo. Procuramos, os deputados paulistas,
aunar à altura das tradições jurídicas de São Paulo, procedendo com todo o cui-
dado a fim de que possamos, como Estado-membro da Federação brasileira, apre-
sentar aos olhos do Brasil um trabalho prudente e sábio. E por esta razão, vem
V. Exa., na noite de hoje, à nossa Casa.

Nós compreendemos, também, que não é só a perfeição das Consti-
tuições que faz com que as nações sejam felizes. O país de V. Exa., num in-
stante amargo de sua história previu que a perfeição constitucional do diploma
de Weimar não resolveu o problema do povo alemão, sacudido por forte crise
econômica aqui entre nós também temos crises, e de grande profundidade.
Mas pelo menos a parte que está mais diretamente ligada à nossa competência
será tratada por nós com muita sabedoria, com muita prudência e com muita
eficiência. E se V. Exa. visita a Casa do Povo de São Paulo e trava contato, na
noite de hoje com os representantes do povo paulista, eu não poderia deixar de
dizer também uma palavra não só sobre a cultura de V. Exa., mas sobre o teor
humano de sua personalidade.

São Paulo o recebe como grande democrata, como homem que no
tempo do nazismo pôde, em razão de sua habilidade e de sua coragem, salvar,
inclusive, vidas humanas na Alemanha de Hitler. (Palmas.)

O grande contista brasileiro Monteiro Lobato, um dos escritores de
nossa terra que revelou uma grande preocupação com os problemas populares,
analisou em determinada página de uma sua obra, a Alemanha. Dizia, em 1920,
Monteiro Lobato, que o fragor da grande guerra sacudiu fortemente aquela na-
ção, destruiu quase toda a sua infra-estrutura, as suas estradas de ferro, as suas
estradas de rolagem, as suas pontes, as suas siderúrgicas, quase todas as suas in-
dústrias de base, causando à Alemanha males materiais incalculáveis. No en-
tanto — asseverava Monteiro — uma coisa não pôde a Grande Guerra destruir
na Alemanha. Referia-se ele à mentalidade do povo alemão, à sua cultura, à
sua inteligência e à sua noção de responsabilidade. E profetizava, então, o escri-
tor paulista, que dentro de vinte anos a Alemanha ressurgiria de suas próprias
ruínas e se apresentaria aos olhos do mundo como uma grande e poderosa
nação.

Muitos acharam por demais otimista o escritor brasileiro. Entre-
tanto, Sr. Presidente e Srs. deputados, após dezoito anos apenas (tempo menor
do que o profetizado por Monteiro Lobato), a Alemanha estava em condições de
enfrentar o mundo novamente oferecendo-se ao resto da humanidade como na-
ção poderosamente armada e poderosamente estruturada.

Ambos, Professor Erich Kordt, de voltar de sua pátria.
A convite do seu governo, visitei a Alemanha Ocidental, tendo des-
cido em Mord-Westfalleu, Estado de cujo governo V. Exa. é assessor jurídico.
Ali tive oportunidade de conhecer de perto alguns dados sobre a grandeza da
Alemanha do Ocidente. Pode verificar, no próprio território alemão, que o de-
senvolvimento econômico da Alemanha se apresenta hoje numa taxa crescente
que suplanta as mais otimistas expectativas e que causa ao visitante profunda
admiração. O visitante quase não acredita no que vê na Alemanha Ocidental.

Tivemos oportunidade de constatar de perto a força de reconstru-
ção da Alemanha. O Governador de Hannover ofereceu aos visitantes, para
que conhecessemos a maquete de Hannover, destruída depois da guerra. Pa-
recia brinquedo de criança, onde um adulto tivesse arrebatado tudo. A guerra
assolou Hannover em 95% dentro da cidade e em 85% na sua periferia. No en-
tanto, apenas alguns anos depois, Hannover estava totalmente reconstruída, e
pudemos ver a maquete da cidade, novamente construída, e pudemos então cal-
cular quantas Brasília foram feitas em tantas cidades da Alemanha recon-
struída. E, então, longe de nos causar inveja, irrompeu em nosso coração maior
e mais profunda admiração à força da inteligência e ao poderio da capacidade
do povo alemão.

Mas um fato, professor Erich Kordt, não pode deixar de ser citado
neste momento: a Alemanha de hoje atingiu um estágio social de direito, que
apresenta recursos materiais incalculáveis, mas que proporciona, acima de tu-
do, condições de vida excepcionais aos homens. Ali, o trabalhador participa
dos bens de produção. E a vida, a existência humana é situada em um grande
índice de bem-estar social, o que prova que o alemão de Hannover optou por
uma economia que tem por centro o Homem, colocado na sua base, como fun-
damento, mas colocado também no seu ápice, como objetivo final.

A riqueza da Alemanha nasce, assim, da inteligência, da cultura,

da capacidade e da responsabilidade do seu povo. O povo alemão compreendeu,
como participante na civilização ocidental, que somente uma Alemanha forte,
rica e poderosa, pode constituir-se em dique à exploração territorial da "cortina
de ferro". E ali eles representam toda a Alemanha Ocidental.

Certo dia visitamos Berlim, uma das mais belas cidades do mundo.
Um parque entremeadado de residências, mas tristemente cortado por uma mural-
ha erguida naquele fatídico 13 de agosto. Muralha que, vez por outra, se
interrompe, a fim de que a fronteira seja guarnecida por um rio de arame
farpado, que é, durante o dia patrulhada por binóculos e por metralhadoras, e,
à noite, por holofotes. Neste instante, dez horas em São Paulo, são duas horas
da madrugada em Berlim, e tenho certeza de que os holofotes passam sobre as
suas muralhas, impedindo que os berlinenses do Oriente possam participar, co-
mo livremente pretendem, da civilização ocidental.

Antigamente, as muralhas tinham uma função, a de impedir aos
atacantes que ingressassem na cidade. As muralhas de Berlim têm sentido di-
verso, têm sentido inverso mesmo: o de impedir que os berlinenses fujam ao
jugo do governo oriental e venham participar do bem-estar social da Alema-
nha de Adenauer, e da civilização do Ocidente.

Não quer isto dizer, professor, que eu julgue a civilização ocidental
perfeita. Não. Há aqui muitas iniquidades e muitas injustiças sociais. Mas pre-
firo viver com falta de alguma coisa em regime de liberdade a ter tudo em
regime que sacrifique a liberdade, porque assim terei sacrificado o direito es-
sencial e natural à pessoa humana, sem o qual ela não pode realizar-se como
ser de grandeza extraordinária, como imagem e semelhança do seu Criador.

A muralha de Berlim, tenham V. Exas. a certeza, é muralha que
não só divide Berlim Ocidental de Berlim Oriental. A grande fronteira que se
estende do Mar do Norte até ao sul da Baviera, e que divide a Alemanha Oci-
dental da Alemanha Oriental, não divide somente o coração do povo alemão,
divide também o coração de toda a humanidade. Nós sabemos que ali há uma
fronteira de duas civilizações. Mas nós optamos por aquela que propugna pela
preservação dos valores essenciais e inerentes à pessoa humana, que é a civili-
zação, onde nos encontramos, e do lado ocidental, não obstante as suas iniqui-
dades, as suas misérias e as suas injustiças sociais.

Volta V. Exa. para a Alemanha, após este contacto com o povo
brasileiro, que se orgulha de ser amigo do povo alemão, de admirar o povo da
terra de V. Exa., como voltei eu da Alemanha, certo de que a América Latina
precisa do governo alemão, da sua ajuda, mas consciente também, como todos
nós, de que ele precisa de nós, o que fez com que um senador alemão falasse,
no 12 de outubro, que a Alemanha Ocidental estava vivamente interessada no
desenvolvimento de todo o mundo ocidental, especialmente no da América La-
tina e, dentro dela, principalmente do nosso país.

Volta V. Exa., que aqui veio como amigo, como amigo também, le-
vando consigo, para o seu governo, a certeza de que, não obstante pronun-
ciamento de governos muitas vezes proclamando uma neutralidade formal, a alma
do povo brasileiro espera o nascimento de uma Alemanha livre, democrática, e
de uma Alemanha cristã, fundada nesse poder de autodeterminação, que todos
nós queremos para a humanidade. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PROFESSOR ERICH KORDT — (Sem revisão — Traduzido
do espanhol) —** Exmo. Sr. Presidente, distintas senhoras e senhores, agradeço
profundamente as amáveis palavras que S. Exa. o professor e amigo deputado
Gladstone Chaves de Mello me dirigiu. E para mim uma grande honra, privi-
légio e prazer poder falar esta noite, diante de tão ilustre auditório. Vou
falar de alguns assuntos que têm sido muito discutidos em diversos círculos, a
respeito do desenvolvimento do parlamentarismo democrático. Com a permis-
são do auditório, durante esta conferência eu me concentrarei em alguns aspet-
tos deste problema na Alemanha. Alegro-me-a se pudéssemos ampliar este
tema num plano mais geral, tendo em vista outros Estados europeus, e uma
discussão sucessiva.

Peço desculpas por não ser capaz de falar em português. Minhas
relações com a bela língua portuguesa correspondem às que tenho com minha
mulher: admiro-a e quero-a, mas não posso controlá-la. Dirão os Srs., com
cortezia, que meu castelhano, por sua vez, é capenga. Encoraja-me, entretan-
to, com a graciosa e generosa indulgência característica do povo brasileiro.

Não transcorreram ainda doze anos desde o estabelecimento da Re-
pública Federal Alemã. O seu surgimento deu-se em condições particularmen-
te difíceis e complicadas. A maneira de atuar do regime ditatorial e totalitá-
rio de Hitler precipitou a deflagração da II Guerra Mundial. Foi completa a
derrota que a Alemanha sofreu ao final dessa guerra. Depois da ocupação to-
tal do seu território, nenhuma autoridade pública subsistiu que pudesse falar ou
trabalhar em nome da Alemanha. A assinatura da capitulação incondicional
foi o último ato que o Alto Comando Alemão praticou antes de sua dissolução.
Além disso, esta dissolução não fez mais do que evidenciar um feito já con-
sumado, pois vários corpos do exército já haviam concluído um armistício já
revela do Quartel General, enquanto outro corpo continuou resistindo militar-
mente, alguns dias, por conta própria. Há que se remontar muito longe, na
História, para se dar com uma catástrofe comparável a que desabou sobre o
povo alemão. E com essa situação diante dos olhos que se há de apreciar as
primeiras tentativas empreendidas, vamos dizer, às apalpadelas, para assegurar
pelo menos a existência física da nação e os esforços, um pouco incoerentes a
princípio, que se fizeram com o fim de restabelecer uma base sobre a qual pu-
desse desenvolver-se mais tarde uma organização política e constitucional.

Apesar de tudo, em meio da catástrofe e da decomposição geral o
povo alemão conservou a consciência de ser uma nação. Foi por isto que a
Alemanha continuou representando uma unidade moral, embora não tivesse nem
os meios nem as organizações que pudessem agir para a nação.

Não é minha intenção fazer os Srs. perderem mais tempo descre-
vendo, pormenorizadamente, as diferentes manifestações através das quais se
evidenciou de pronto a subsistência da nação nos setores sociais e políticos. A
princípio, foram manifestações quase acidentais. Mas, pouco a pouco, estas ma-
nifestações insignificantes e de diversa índole, uniram-se para integrar de novo
uma vida política e estatal. Além disso, um número de fatores tradicionais, que
um observador superficial poderia desaperceber, subsistiam e ressur-
giram no momento em que a ditadura foi reduzida a cinzas. Um destes fatores
era a ideia do federalismo, cujas raízes históricas podiam remontar-se aos tem-
pos do Antigo Império Alemão. Não obstante o desejo que tinham, as comuni-
dades locais almejavam autonomia administrativa. O regime nazista, que in-
stituiu um sistema centralizado, não logrou suprimir as tendências que existiam,
tanto nas populações das grandes e pequenas cidades como nos municípios rurais,
no sentido de decidirem elas mesmas os seus próprios assuntos. A autonomia
administrativa dos municípios tem sido também um elemento tradicional na
vida pública da Alemanha, que se pode observar desde os tempos da Idade Média.
Mas de uma centena de cidades livres, constituídas de pequenas repúblicas no
seio do Império, sempre tiveram um papel importante, sobretudo no desenvol-
vimento da vida econômica e cultural do país.

O restabelecimento da vida constitucional na Alemanha, num sen-
tido democrático, dependia, como é natural, em grande parte, da maneira como
se organizavam os partidos políticos. Muitas vezes já se disse que o fracasso
da República de Weimar se deu, notadamente, pela sua falta de estabilidade po-
lítica, a qual resultava do fato de que os partidos políticos pareciam incapazes
de constituir governos adequados. É verdade que o sistema parlamentar, que
a Constituição de Weimar estabeleceu em 1919, nunca funcionou de maneira sa-
tisfatória. Entre os anos de 1919 e 1933, época em que Hitler chegou ao poder,
houve 18 governos. Muitos dentre eles não tiveram uma base parlamentar su-
ficiente para levar a cabo sequer as tarefas mais urgentes que o país enfren-
tava. Os governos, em sua maior parte, eram minoritários, que só subsistiam
se apoiados ou tolerados por partidos políticos, que, por sua vez, se abstinham
de participar das responsabilidades governamentais e que podiam deixar, a qual-
quer momento, de apoiar ou tolerar esses governos. Faltavam muitas vezes às
coalizões governamentais uma verdadeira consistência política. Compreende-se,
então, muito bem porque, geralmente, se criticavam os partidos políticos pelos
resultados observados nos catorze anos de vida da primeira República demo-
crática da Alemanha.

Pois bem, são os mesmos partidos políticos de antes, ou, pelo menos,
partidos com tendências análogas às daqueles que existiram no período de Wei-
mar, que hoje em dia desempenham um papel importante na Alemanha. Do
mesmo modo que em Weimar, há o grande agrupamento da esquerda — o par-
tido social-democrata — que se apóia nos trabalhadores industriais. O parti-
do democrata-cristão e seu aliado bávaro, o partido social-cristão, os quais ge-
ralmente fazem causa comum, inclusive constituem uma fração única no Par-
lamento, reúnem agora em seu seio eleitores católicos e protestantes. Na Re-
pública de Weimar, estes eleitores votavam geralmente em favor de partidos
diferentes mas cuja orientação se identificasse mais com seus princípios reli-
giosos. Contudo, pode-se consignar o fato de que as tendências políticas que
se manifestam hoje no seio dos novos agrupamentos são muito semelhantes às
anteriores. Há, além disso, o partido dos democratas livres, que compreende
sobretudo eleitores liberais e de tendência laica.

Na época de Weimar, havia, contudo, grande número de outros par-
tidos políticos: os partidos extremistas da esquerda e da direita, os comuni-
stas e os nacional-socialistas. Mas também existiam pequenos agrupamentos,
que representavam interesses particulares de índole econômica ou de outra na-
tureza. Nas eleições realizadas em 1949, alguns destes conseguiram entrar no